

**AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA SECRETARIA MUNICIPAL
DE INFRAESTRUTURA DE MACEIÓ-AL**

Ref: CONCORRÊNCIA 01/2022

DVL CONSTRUÇÃO CIVIL E LOCAÇÃO LTDA Pessoa Jurídica de Direito Privado inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº.: **34.905.197/0001-20**, com Endereço no Loteamento Paraíso, s/n, Lote 53, bairro Prefeito Antônio Lins de Souza, Município de Rio Largo/AL, CEP 57.100-000, e-mail: construtoradvl@gmail.com, através de seu Sócio Administrador o Sr. Deive Souza da Silva, infra- assinado, portador do CPF nº 019.506.404-69, doravante denominada **RECORRIDA**, vem interpor o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO**, pelas razões que passa a expor.

I - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ilustre Pregoeiro e CPL da SEMINFRA de Maceió

Apesar de reconhecer a competência, honestidade e conhecimento do Ilmo. Pregoeiro, o recorrente apresenta as razões pelas quais, no caso, sua decisão foi equivocada, merecendo os devidos reparos.

O respeitável julgamento da nulidade da inabilitação, recai neste momento para sua responsabilidade, o qual a empresa confia na lisura, na isonomia e na imparcialidade a ser praticada no julgamento em questão, buscando pela proposta mais vantajosa para esta digníssima administração.

II - DA TEMPESTIVIDADE

Antes do enfrentamento do mérito da questão em comento, cumpre destacar a tempestividade destas Contrarrazões, tendo em vista que o prazo processual de 05 (cinco) dias úteis de que dispõe a impugnante para opor defesa, teve início no dia 15/09/2022, permanecendo, portanto, íntegro até o dia 23/09/2022, conforme o disposto no Art. 109, inciso I, da Lei Federal nº 8666/93, Art. 26º, do Decreto Federal nº 5.450/2005 e Lei Federal nº 10.520/02.

III - DOS DIREITOS

Preliminarmente é imperioso destacar que a licitação é um procedimento administrativo, composto de atos ordenados e legalmente previstos, mediante os quais a **Administração Pública busca selecionar a proposta mais vantajosa**. Todavia, cada um dos seus atos devem ser conduzidos em estrita conformidade com os princípios constitucionais e os parâmetros legais.

Inicialmente, cabe trazer à tona o Art. 67, inciso I, da Lei 14.133/2021 *in verbis*:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de

atestado de responsabilidade técnica **por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;** (grifamos)

Com fulcro na Lei acima elencada, podemos observar que é bem claro quando diz: “Obras e Serviços Similares”.

Vejamos também o que diz a Jurisprudência sobre este assunto:

ACÓRDÃO 679/2015 – PLENÁRIO – TCU

VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DA REPRESENTAÇÃO FORMULADA PELA EMPRESA AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL LTDA. – AUTOMIND NOTICIANDO A OCORRÊNCIA DE POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA CONCORRÊNCIA 22/2014, PROMOVIDA PELA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF, QUE TERIAM RESTRINGIDO O CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME.

ACORDAM OS MINISTROS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, REUNIDOS EM SESSÃO DO PLENÁRIO, DIANTE DAS RAZÕES EXPOSTAS PELO RELATOR, EM:

9.1. COM FULCRO NO ART. 237, INCISO VII, C/C ART. 235, DO REGIMENTO INTERNO DO TCU, E ART. 113, § 1º, DA LEI 8.666/1993, CONHECER DA PRESENTE REPRESENTAÇÃO, PARA, NO MÉRITO, CONSIDERÁ-LA PARCIALMENTE PROCEDENTE;

9.2. COM FULCRO NO ART. 276, § 5º, DO REGIMENTO INTERNO/TCU, REVOGAR A MEDIDA CAUTELAR PRELIMINARMENTE ADOTADA NESTES AUTOS;

9.3. COM FUNDAMENTO NO ART. 7º DA Resolução TCU 265/2014, DAR CIÊNCIA À CODEVASF QUE:

9.3.1. A EXIGÊNCIA CONTIDA NO SUBITEM 4.2.2.3, ALÍNEA D.1, DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO DA CONCORRÊNCIA 22/2014 NÃO GUARDA CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 30, § 3º, DA LEI DE LICITAÇÕES E COM A JURISPRUDÊNCIA DESTE TRIBUNAL, sendo certo que sempre deve ser admitida a comprovação de aptidão por meio de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior àquela objeto do certame;(GRIFO NOSSO)

9.3.2. (...);

9.4. (...); E

9.5. ARQUIVAR O PROCESSO, COM FUNDAMENTO NO ART. 169, INCISO V, DO REGIMENTO INTERNO DO TCU

ACÓRDÃO 2382/2008 PLENÁRIO (VOTO DO MINISTRO RELATOR)

O ART. 30, INCISO II, DA LEI NO 8.666/1993, ESTABELECE QUE COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO PARA DESEMPENHO DE ATIVIDADE DEVE

SER PERTINENTE E COMPATÍVEL, EM CARACTERÍSTICAS, QUANTIDADES E PRAZOS, COM O OBJETO DA LICITAÇÃO.

A melhor exegese da norma e a de que a referida comprovação de aptidão deva ser demonstrada exclusivamente mediante a comprovação de serviços similares. (GRIFO NOSSO)

NESSE SENTIDO, O § 5 O DO REFERIDO ART. 30, VEDA A EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO COM QUAISQUER LIMITAÇÕES NÃO PREVISTAS NA LEI QUE INIBAM A PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.

Para esclarecer melhor a questão de “similaridade de atestados de capacidade técnica” vejamos o posicionamento recente do Tribunal de Contas da União – TCU.

Acórdão 449/2017 – Plenário | Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Nas licitações para contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, os atestados de capacidade técnica devem comprovar a aptidão da licitante na gestão de mão de obra, e não na execução de serviços idênticos aos do objeto licitado, sendo imprescindível motivar tecnicamente as situações excepcionais.

Acórdão 361/2017 – Plenário | Ministro Vital do Rego

É obrigatório o estabelecimento de parâmetros objetivos para análise da comprovação (atestados de capacidade técnico-operacional) de que a licitante já tenha prestado serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação (art. 30, inciso II, da Lei 8.666/1993).

Acórdão 1891/2016 – Plenário | Ministro Marcos Bemquerer

Nas licitações para contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, os atestados de capacidade técnica devem, em regra, comprovar a habilidade da licitante em gestão de mão de obra.

Acórdão 1168/2016 – Plenário | Ministro Bruno Dantas

Nas contratações de serviços de terceirização (serviços contínuos prestados mediante dedicação exclusiva da mão de obra), os atestados de capacidade técnica devem, em regra, comprovar a habilidade da licitante na gestão de mão de obra.

Acórdão 553/2106 – Plenário | Ministro Vital do Rego

Nas licitações para contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, os atestados de capacidade técnica devem comprovar a aptidão da licitante na gestão de mão de obra, e não na execução de serviços idênticos aos do objeto licitado, sendo imprescindível motivar tecnicamente as situações excepcionais.

Além jurisprudência, vamos ver a opinião de alguns doutrinadores sobre esse assunto:

Mestre Marçal Justen Filho em “Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos” – 1ª Edição AIDE Editora – Rio de Janeiro, 1993.

“É PROIBIDO REJEITAR ATESTADOS, AINDA QUE NÃO SE REFIRAM EXATAMENTE AO MESMO OBJETO LICITADO, QUANDO VERSAREM SOBRE OBRAS OU SERVIÇOS SIMILARES E DE COMPLEXIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR. A SIMILITUDE SERÁ AVALIADA SEGUNDO CRITÉRIOS TÉCNICOS, SEM MARGEM DE LIBERDADE PARA A ADMINISTRAÇÃO.”

Ainda, Marçal Justen Filho, in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Dialética, 11ª edição, pag. 336, ao comentar o art. 30 da Lei nº 8.666/1993, que trata da qualificação profissional do licitante:

“VALE INSISTIR ACERCA DA INCONSTITUCIONALIDADE DE EXIGÊNCIAS EXCESSIVAS, NO TOCANTE À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. OBSERVE-SE QUE A NATUREZA DO REQUISITO É INCOMPATÍVEL COM A DISCIPLINA PRECISA, MINUCIOSA E EXAUSTIVA POR PARTE DA LEI. É IMPOSSÍVEL DEIXAR DE REMETER À AVALIAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO A FIXAÇÃO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA. ESSA COMPETÊNCIA DISCRICIONÁRIA NÃO PODE SER UTILIZADA PARA FRUSTRAR A VONTADE CONSTITUCIONAL DE GARANTIR O MAIS AMPLO ACESSO DE LICITANTES, TAL COMO JÁ EXPOSTO ACIMA. A Administração apenas está autorizada a estabelecer exigências aptas a evidenciar a execução anterior de objeto similar. (...)”

Já O Saudoso Hely Lopes Meirelles, pai do Direito Administrativo Brasileiro leciona que:

“Na Administração Pública, não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto, na Administração pessoal é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe. Na Administração Pública só é permitido fazer aquilo que a lei autoriza.”

Veremos agora o que diz a nossa lei maior, ela Impôs um limite nas exigências de Habilitação em licitações públicas.

INCISO XXI DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

ART. 37. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA DE QUALQUER DOS PODERES DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS OBEDECERÁ AOS PRINCÍPIOS DE LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE, MORALIDADE, PUBLICIDADE E EFICIÊNCIA E, TAMBÉM, AO SEGUINTE: (REDAÇÃO DADA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 19, DE 1998).

I [...]

XXI – AS OBRAS, SERVIÇOS, COMPRAS E ALIENAÇÕES SERÃO CONTRATADOS MEDIANTE PROCESSO DE LICITAÇÃO PÚBLICA ... , O QUAL SOMENTE PERMITIRÁ AS EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICA INDISPENSÁVEIS À GARANTIA DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES. (GRIFO NOSSO)

Com os Acórdãos acima especificados, fica bem claro a posição do TCU sobre este tema, ou seja, os Atestados devem comprovar que a licitante tem aptidão na Gestão da Mão de obra e não especificadamente a cada item do objeto licitado.

Insta salientar, que apesar de serviços distintos, o processo de execução, bem como a composição de preço é a mesma, conforme demonstra o ORSE, a consulta será anexada a esta peça, comprovando a similaridade entre ambos os serviços.

V - DOS PEDIDOS

Conforme os fatos e argumentos apresentados neste **RECURSO**, solicitamos como lúdima justiça que:

A – A peça recursal da recorrente seja conhecida para, **no mérito, ser DEFERIDA INTEGRALMENTE**, pelas razões e fundamentos expostos;

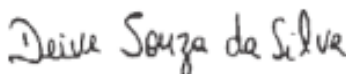
B – Seja REFORMADA a decisão da **CPLOSE**, conforme motivos consignados neste **Recurso, tornando a- habilitada, tendo em vista que possui plena capacidade de participar desta concorrência.**

C – Caso o Douto Pregoeiro opte por não manter sua decisão, **REQUEREMOS** que, com fulcro no Art. 9º da Lei 10.520/2002 C/C Art. 109, III, § 4º, da Lei 8666/93, e no Princípio do Duplo Grau de Jurisdição, seja remetido o processo para apreciação por autoridade superior competente.

N. Termos

P. Deferimento.

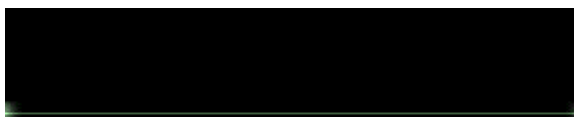
Rio Largo/AL, 23 de setembro de 2022.



Deive Souza da Silva
Sócio Administrador
CPF Nº 019.506.404-69
Representante legal



ORÇAMENTO DE OBRAS DE SERGIPE



Atualize ou faça seu
cadastro [clikando aqui!!!](#)

Departamento Estadual de Habitação e Obras Públicas

[Coleta de Preços](#) [Fornecedores](#) [Insumos](#) [Especificações](#) [Serviços](#) [Downloads](#) [Contato](#)

Composição de Preço de Serviço

Julho/2022-1

Código	Serviço	Unidade
07176/ORSE	Execução de pintura asfáltica de ligação, exclusive fornecimento de ligante	m2

Composição de Preço

* Código	Descrição da Composição	Unid	Quant	Custo Unit.	Custo Total
00054/ORSE	Encarregado de turma - Fonte DNIT - Mês de ref.: 01/22	h	1	9,19	9,19
02499/ORSE	Trator agrícola pneu (massey ferguson - mf 292/4 - 105,0 hp)	h	1	83,66	83,66
06111/SINAPI	Servente de obras	h	3	5,51	16,53
02507/ORSE	Vassoura mecânica CMV: VM 7 rebocável ou equivalente	h	1	14,37	14,37
02496/ORSE	Tanque estacionário 30.000 l (pre-aquecedor taa-serpentina ou equivalente)	h	2	17,68	35,36
02453/ORSE	Caminhao esparg. asf. 6000 l	h	1	69,19	69,19
10549/ORSE	Encargos Complementares - Servente	h	0,0018	3,76	0,01

Totais

Equipamento	Material	Mão-de-Obra	Enc. Social	Terceiros	Valor Total
0,23	0,00	0,02	0,01	0,00	0,26

Relação Detalhada de Insumos

* Código	Descrição do insumo	Unid	Quant	Custo Unit.	Custo Total
M 00158/ORSE	Almoço (Participação do empregador)	un	0,00018324	14,00	0,00
M 12893/SINAPI	Bota de segurança com biqueira de aço e colarinho acolchoado	par	0,00000144	60,38	0,00
E 02453/ORSE	Caminhao esparg. asf. 6000 l	h		69,19	0,14
M 12894/SINAPI	Capa para chuva em pvc com forro de poliester, com capuz (amarela ou azul)	un	0,00000036	16,35	0,00
M 12895/SINAPI	Capacete de segurança aba frontal com suspensão de polietileno, sem jugular (classe b)	un	0,00000108	12,58	0,00
M 02711/SINAPI	Carrinho de mão de aço capacidade 50 a 60 l, pneu com câmara	un	0,00000036	191,00	0,00
M 10492/ORSE	Cesta Básica	un	0,0000081	165,00	0,00
P 00054/ORSE	Encarregado de turma - Fonte DNIT - Mês de ref.: 01/22	h	0,00059277	19,44	0,01
S 10517/ORSE	Exames admissionais/demissionais (checkup)	cj	0,00000072	300,00	0,00
M 00941/ORSE	Fardamento com mangas curta	un	0,0000027	174,01	0,00
M 12892/SINAPI	Luva raspa de couro, cano curto (punho *7* cm)	par	0,00000414	11,32	0,00
M 04729/ORSE	Marreta 1 kg com cabo	un	0,00000018	31,50	0,00
M 01651/ORSE	Óculos branco proteção	pr	0,00000144	6,00	0,00
M 10788/ORSE	Pá quadrada	un	0,00000036	36,90	0,00
M 10596/ORSE	Protetor auricular	un	0,0000081	4,90	0,00
M 10599/ORSE	Protetor solar fps 30 com 120ml	un	0,00000324	35,90	0,00
S 10761/ORSE	Refeição - café da manhã (café com leite e dois pães com manteiga)	un	0,00018324	5,00	0,00
S 10362/ORSE	Seguro de vida e acidente em grupo	un	0,0000081	12,54	0,00
P 06111/SINAPI	Servente de obras	h	0,0017783	11,65	0,02
M 04728/ORSE	Talhadeira chata 10"	un	0,00000054	13,85	0,00
E 02496/ORSE	Tanque estacionário 30.000 l (pre-aquecedor taa-serpentina ou equivalente)	h		17,68	0,02
E 02499/ORSE	Trator agrícola pneu (massey ferguson - mf 292/4 - 105,0 hp)	h		83,66	0,07
M 02378/ORSE	Vale transporte	un	0,00016938	4,50	0,00
E 02507/ORSE	Vassoura mecânica CMV: VM 7 rebocável ou equivalente	h		14,37	0,00

Copyright 2004 cehop.se.gov.br

Este site é melhor visualizado com 800 x 600 pixels e com IE5 ou superior

Créditos



Atualize ou faça seu
cadastro [clikando aqui!!!](#)

Departamento Estadual de Habitação e Obras Públicas

Coleta de Preços Fornecedoros Insumos Especificações Serviços Downloads Contato

Composição de Preço de Serviço

Julho/2022-1

Código	Serviço	Unidade
02592/ORSE	Imprimação - execução com fornecimento de material	m2

Composição de Preço

* Código	Descrição da Composição	Unid	Quant	Custo Unit.	Custo Total
00054/ORSE	Encarregado de turma - Fonte DNIT - Mês de ref.: 01/22	h	1	9,19	9,19
02453/ORSE	Caminhao esparg. asf. 6000 l	h	1	69,19	69,19
02496/ORSE	Tanque estacionário 30.000 l (pre-aquecedor taa-serpentina ou equivalente)	h	1	17,68	17,68
02499/ORSE	Trator agrícola pneu (massey ferguson - mf 292/4 - 105,0 hp)	h	1	83,66	83,66
02507/ORSE	Vassoura mecânica CMV: VM 7 rebocável ou equivalente	h	1	14,37	14,37
06111/SINAPI	Servente de obras	h	3	5,51	16,53
00227/ORSE	Asfalto diluído de petróleo - adp - cm-30 (densidade = 0,85 Kg/l)	t	0,0012	8.920,00	10,70
10549/ORSE	Encargos Complementares - Servente	h	0,0027	3,76	0,01

Totais

Equipamento	Material	Mão-de-Obra	Enc. Social	Terceiros	Valor Total
0,28	10,70	0,02	0,03	0,00	11,03

Relação Detalhada de Insumos

* Código	Descrição do insumo	Unid	Quant	Custo Unit.	Custo Total
M 00158/ORSE	Almoço (Participação do empregador)	un	0,00027486	14,00	0,00
M 00227/ORSE	Asfalto diluído de petróleo - adp - cm-30 (densidade = 0,85 Kg/l)	t	0,0012	8.920,00	10,70
M 12893/SINAPI	Bota de segurança com biqueira de aço e colarinho acolchoado	par	0,00000216	60,38	0,00
E 02453/ORSE	Caminhao esparg. asf. 6000 l	h		69,19	0,20
M 12894/SINAPI	Capa para chuva em pvc com forro de poliester, com capuz (amarela ou azul)	un	0,00000054	16,35	0,00
M 12895/SINAPI	Capacete de segurança aba frontal com suspensão de polietileno, sem jugular (classe b)	un	0,00000162	12,58	0,00
M 02711/SINAPI	Carrinho de mão de aço capacidade 50 a 60 l, pneu com câmara	un	0,00000054	191,00	0,00
M 10492/ORSE	Cesta Básica	un	0,00001215	165,00	0,00
P 00054/ORSE	Encarregado de turma - Fonte DNIT - Mês de ref.: 01/22	h	0,00088889	19,44	0,02
S 10517/ORSE	Exames admissionais/demissionais (checkup)	cj	0,00000108	300,00	0,00
M 00941/ORSE	Fardamento com mangas curta	un	0,00000405	174,01	0,00
M 12892/SINAPI	Luva raspa de couro, cano curto (punho *7* cm)	par	0,00000621	11,32	0,00
M 04729/ORSE	Marreta 1 kg com cabo	un	0,00000027	31,50	0,00
M 01651/ORSE	Óculos branco proteção	pr	0,00000216	6,00	0,00
M 10788/ORSE	Pá quadrada	un	0,00000054	36,90	0,00
M 10596/ORSE	Protetor auricular	un	0,00001215	4,90	0,00
M 10599/ORSE	Protetor solar fps 30 com 120ml	un	0,00000486	35,90	0,00
S 10761/ORSE	Refeição - café da manhã (café com leite e dois pães com manteiga)	un	0,00027486	5,00	0,00
S 10362/ORSE	Seguro de vida e acidente em grupo	un	0,00001215	12,54	0,00
P 06111/SINAPI	Servente de obras	h	0,00266667	11,65	0,03
M 04728/ORSE	Talhadeira chata 10"	un	0,00000081	13,85	0,00
E 02496/ORSE	Tanque estacionário 30.000 l (pre-aquecedor taa-serpentina ou equivalente)	h		17,68	0,01
E 02499/ORSE	Trator agrícola pneu (massey ferguson - mf 292/4 - 105,0 hp)	h		83,66	0,07
M 02378/ORSE	Vale transporte	un	0,00025407	4,50	0,00
E 02507/ORSE	Vassoura mecânica CMV: VM 7 rebocável ou equivalente	h		14,37	0,00